

DIVULGAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS

3º TRIMESTRE
2022

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 3º TRIMESTRE/2022 INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE - IFF

Elaboradas pela Equipe Técnica da Coordenadoria de Contabilidade

IFF/REIT/PROADM/DAOFC/CCONT
Campos dos Goytacazes, 2022

EQUIPE TÉCNICA

Elaine dos Santos Souza
Gisele Aquino Gomide Tramont
Irenice Aparecida Nunes de Sousa Deodato
Juliana de Souza Alves Fingolo

Informações

Telefone: (22) 2737-5614

Correio eletrônico: financeiro.reitoria@iff.edu.br; Disponível em:

http://portal1.iff.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/copy_of_demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas

Última alteração: 26/10/2022

Sumário

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das práticas contábeis9

2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis9

13

13

15

16

18

19

20

6. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis20

a) Balanço Patrimonial21

21

22

22

8 – Intangível27

28

28

35

36

36

37

b) Demonstrações das Variações Patrimoniais37

38

38

38

*Transferências Intragovernamentais*38

*Outras Transferências e Delegações Recebidas*38

38

*Ganhos com Desincorporação de Passivos*39

39

39

39

39

40

40

40

c) Balanço Orçamentário40

41

41

41

41

42

42

42

42

k) 18 - Execução Orçamentária RPP – Por categoria Econômica e Grupo de DespesaErro! Indicador não definido.

e) Balanço Financeiro46

46

46

47

47

47

f) Demonstração dos Fluxos de Caixa47

48

48

48

48

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Avaliação do Balanço Patrimonial

Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo

Tabela 2 – Estoques

Tabela 4 – Imobilizado – Composição

Tabela 4 – Imobilizado – Composição

Tabela 5 – Bens Móveis – Composição

Tabela 6 – Bens de Uso Especial – Composição

Tabela 7 – Intangível – Composição

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Composição

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

Tabela 13 – Obrigações Contratuais – Por Contratado

Tabela 14 – Contratados – Principais Transações

Tabela 15 – Precatórios

Tabela 16 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 17 – Avaliação do Balanço Orçamentário

Tabela 18 – Realizações de Receita

Tabela 19 – Despesas Orçamentárias – Composição

Tabela 20 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos

Tabela 21: Execução de RPNP por categoria econômica

Tabela 22: Execução de RPNP por Grupo de Despesas

Tabela 23: Execução de RPP por categoria econômica

Tabela 24: Execução de RPP por Grupo de Despesa

Tabela 3 – Resultado Financeiro – Visão Geral

Tabela 4 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação

Lista de Figuras

Figura 1 – Composição Imobilizado

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, vinculada ao Ministério da Educação e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Atualmente a estrutura institucional do IFF é composta por sete Unidades Gestoras: Campus Centro, Campus Macaé, Campus Itaperuna, Campus Guarus, Campus Bom Jesus de Itabapoana, Campus Cabo Frio e Campus Quissamã, todas são unidades orçamentárias e administrativas investidas do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios e descentralizados.

No presente relatório, estão evidenciadas as DCON até 30 de setembro de 2022, extraídas de forma consolidadas no SIAFIWEB conforme determinação do MEC e disponibilizadas no site eletrônico do IFF.

No Balanço Patrimonial evidencia-se uma redução dos ativos totais do IFF em aproximadamente 1,23% impulsionada pelo decréscimo de 43,06% do Caixa e Equivalentes de Caixa em virtude de uma tendência cíclica na rotina contábil em que apresenta saldo inflado em 31/12/2021 em virtude de recursos financeiros comprometidos com o pagamento da folha de pagamento na competência do mês de dezembro em que contabiliza pagamentos referentes adiantamentos da primeira parcela do 13º salário de 2022 e 1/3 de férias dos servidores do IFF.

As receitas realizadas perfazem um montante de R\$ 573.401,74 e as despesas empenhadas no montante de R\$ 446.755.168,05, provocando em resultado orçamentário deficitário de R\$ 446.181.766,32 no terceiro trimestre de 2022 e indicando uma frustração na arrecadação das receitas próprias, pois dentro de uma expectativa linear de arrecadação que seria em torno de 75% das receitas previstas foi arrecadado aproximadamente, apenas 16,86%.

O resultado patrimonial apurado até o deficitário trimestre de 2022 foi deficitário em R\$ 7.998.378,33, tendo como principais fator contributivo a redução em Ganhos com Desincorporação de Passivos de 80,05% ao mesmo período de 2021.

A seguir, são apresentadas as DCON, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

Boa leitura.

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON) do IFF são elaboradas conforme a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11) e Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

As demonstrações contábeis encontram-se consolidadas com as informações de todas as Unidades Gestoras do IFF tendo sido elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e baseadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC).

A estrutura e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I Balanço Patrimonial (BP);
- II Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III Balanço Orçamentário (BO);
- IV Balanço Financeiro (BF);
- V Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI Notas Explicativas.

2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Seguem elencados abaixo os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e,

quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Estoques

Compreendem as mercadorias de almoxarifado, avaliadas inicialmente pelo seu valor de aquisição e suas a saída e baixa foram avaliadas pelo Custo Médio Ponderado, conforme as orientações/recomendações da STN referentes aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, constantes na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Considerando-se a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(d) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Contudo, tais práticas contábeis não estão totalmente implementadas, especialmente o registro de depreciação compatível com a vida útil do bem e a redução do valor recuperável e a reavaliação dos bens móveis.

(e) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

(f) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados:

I. aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

II. houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;

III. comprovação da ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(g) Redução ao valor recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb: Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/MF (www.tesouro.gov.br).

No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por irrecuperabilidade foi reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por irrecuperabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por irrecuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

(h) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:

- I. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. empréstimos e financiamentos;
- III. fornecedores e contas a pagar;
- IV. obrigações fiscais;
- V. obrigações de repartições a outros entes;
- VI. provisões;
- VII demais obrigações.

(j) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(l) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

5. Demonstrações Contábeis Consolidadas

Balço Patrimonial

Em Reais - R\$

ATIVO			
	NE	30/09/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		34.936.777,55	55.187.302,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	a.1	23.178.052,48	40.708.262,06
Créditos e Valores a Curto Prazo	a.2	7.760.440,40	11.100.773,11
Estoques	a.3	3.998.284,67	3.378.267,81
ATIVO NÃO CIRCULANTE		484.013.407,71	470.221.845,83
Imobilizado	a.4	483.917.682,87	470.126.120,99
Bens Móveis	a.5	83.109.789,59	77.283.551,13
Bens Móveis		118.375.688,88	111.870.988,76
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-35.265.899,29	-34.587.437,63
Bens Imóveis		400.807.893,28	392.842.569,86
Bens Imóveis	a.6	401.084.643,63	398.398.137,51
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-276.750,35	-5.555.567,65
Intangível	a.7	95.724,84	95.724,84
Softwares		95.584,84	95.584,84
Softwares		222.505,15	222.505,15
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-126.920,31	-126.920,31
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		140,00	140,00
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-
TOTAL DO ATIVO		518.950.185,26	525.409.148,81
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		93.750.104,10	98.196.589,41
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	a.8	30.741.583,69	37.168.421,41
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	a.9	5.243.610,81	5.160.609,66
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		467,88	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	a.10	57.764.441,72	55.867.558,34
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		518.950.185,26	525.409.148,81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Resultados Acumulados		425.200.081,16	427.212.559,40
Resultado do Exercício	a.12	-7.998.378,83	46.580.479,48
Resultados de Exercícios Anteriores	a.13	427.212.559,4	386.081.811,25
Ajustes de Exercícios Anteriores	a.14	5.985.900,59	-5.449.731,33
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		425.200.081,16	427.212.559,4
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		518.950.185,26	525.409.148,81

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
	30/09/2022	31/12/2021
ATIVO FINANCEIRO	23.178.052,48	40.708.262,06
ATIVO PERMANENTE	495.772.132,78	484.700.886,75
PASSIVO FINANCEIRO	172.332.658,35	68.129.680,00
PASSIVO PERMANENTE	67.379.096,40	56.774.814,84
SALDO PATRIMONIAL	279.238.430,51	400.504.653,97

QUADRO DE COMPENSAÇÕES		
ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	30/09/2022	31/12/2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	38.209.073,69	35.284.714,62
Execução dos Atos Potenciais Ativos	38.209.073,69	35.284.714,62
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	514.415,10	12.315,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	37.620.751,04	35.198.492,07
Direitos Contratuais a Executar	73.907,55	73.907,55
TOTAL	38.209.073,69	35.284.714,62
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	30/09/2022	31/12/2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	23.970.655,68	24.574.895,14
Execução dos Atos Potenciais Passivos	23.970.655,68	24.574.895,14
Garantias Contratuais	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	927.301,63	927.301,63
Obrigações Contratuais a Executar	23.043.354,05	23.647.593,51
TOTAL	23.970.655,68	24.574.895,14

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-124.974.323,88
Recursos Vinculados	-24.180.281,99
Educação	-3.052.119,24
Previdência Social (RPPS)	-21.172.095,37
Dívida Pública	-152.414,54
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	196.347,16
TOTAL	-149.154.605,87

Demonstração das Variações Patrimoniais

Em Reais - R\$			
	NE	30/09/2022	30/09/2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		364.593.644,40	382.615.104,41
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	b.1	553.795,37	336.912,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	b.2	21,53	-
Transferências e Delegações Recebidas	b.3	355.114.415,87	338.746.491,12
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	b.4	8.601.276,96	43.108.500,70
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		324.134,67	423.200,59
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		372.592.023,23	356.881.841,10
Pessoal e Encargos	b.5	228.668.432,25	225.503.446,07
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	b.6	65.382.339,18	64.239.890,49
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	b.7	34.003.976,99	27.360.248,72
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		47.486,33	851,29
Transferências e Delegações Concedidas	b.8	31.472.270,91	29.534.330,16
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		7.187.179,57	3.346.584,81
Tributárias	b.9	26.645,80	9.927,96
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	b.10	5.803.692,20	6.886.561,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)		-7.998.378,83	25.733.263,31

Balanço Orçamentário

Em Reais - R\$

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		3.401.630,00	3.401.630,00	573.401,74	-2.828.228,26
Receita Patrimonial		257.568,00	257.568,00	27.615,55	-229.952,45
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	c.1	257.568,00	257.568,00	27.615,55	-229.952,45
Valores Mobiliários		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		116.737,00	116.737,00	223.423,97	106.686,97
Receita Industrial	c.5	159.765,00	159.765,00	6.138,10	-153.626,90
Receitas de Serviços		2.864.767,00	2.864.767,00	296.639,28	-2.568.127,72
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	c.1	2.864.767,00	2.864.767,00	296.639,28	-2.568.127,72
Outras Receitas Correntes	c.7	2.793,00	2.793,00	19.584,84	16.791,84
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		2.793,00	2.793,00	-	-2.793,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	c.4	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		35.910,00	35.910,00	-	-35.910,00
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis		35.910,00	35.910,00	-	-35.910,00
Transferências de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		3.437.540,00	3.437.540,00	573.401,74	-2.864.138,26
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		3.437.540,00	3.437.540,00	573.401,74	-2.864.138,26
DÉFICIT				446.181.766,32	446.181.766,32
TOTAL		3.437.540,00	3.437.540,00	446.755.168,06	443.317.628,06
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			1.761.348,00	-	-
Excesso de Arrecadação		-	2.449.471,00	-	-
Créditos Cancelados		-	-688.123,00	-	-

Em Reais – R\$

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES		456.086.439,00	457.547.787,00	442.853.975,78	304.316.440,79	279.508.247,68	14.693.811,22
Pessoal e Encargos Sociais	c.6	378.630.232,00	384.714.842,00	379.496.193,14	266.120.428,06	246.903.776,33	5.218.648,86
Outras Despesas Correntes	c.7	77.456.207,00	72.832.945,00	63.357.782,64	38.196.012,73	32.604.471,35	9.475.162,36
DESPESAS DE CAPITAL		4.215.130,00	4.515.130,00	3.901.192,28	325.235,38	112.306,67	613.937,72
Investimentos	c.8	4.215.130,00	4.515.130,00	3.901.192,28	325.235,38	112.306,67	613.937,72
SUBTOTAL DAS DESPESAS		460.301.569,00	462.062.917,00	446.755.168,06	304.641.676,17	279.620.554,35	15.307.748,94
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		460.301.569,00	462.062.917,00	446.755.168,06	304.641.676,17	279.620.554,35	15.307.748,94
TOTAL		460.301.569,00	462.062.917,00	446.755.168,06	304.641.676,17	279.620.554,35	15.307.748,94

Execução de Restos a Pagar Não Processados e Processados e Não Processados Liquidados

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em Reais - R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.712.892,57	14.526.164,77	13.476.379,56	13.337.032,42	324.333,38	2.577.691,54
Pessoal e Encargos Sociais	-	8.301,90	5.597,03	5.597,03	-	2.704,87
Outras Despesas Correntes	1.712.892,57	14.517.862,87	13.470.782,53	13.331.435,39	324.333,38	2.574.986,67
DESPESAS DE CAPITAL	628.818,28	9.850.415,68	8.942.179,38	8.321.302,60	4.986,27	2.152.945,09
Investimentos	628.818,28	9.850.415,68	8.942.179,38	8.321.302,60	4.986,27	2.152.945,09
TOTAL	2.341.710,85	24.376.580,45	22.418.558,94	21.658.335,02	329.319,65	4.730.636,63

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em Reais - R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	372.036,37	39.384.690,51	39.203.700,43	152.480,08	400.546,37
Pessoal e Encargos Sociais	-	34.438.974,54	34.438.974,54	-	-
Outras Despesas Correntes	372.036,37	4.945.715,97	4.764.725,89	152.480,08	400.546,37
DESPESAS DE CAPITAL	34.302,29	1.612.567,53	1.592.866,92	-	54.002,90
Investimentos	34.302,29	1.612.567,53	1.592.866,92	-	54.002,90
TOTAL	406.338,66	40.997.258,04	40.796.567,35	152.480,08	454.549,27

Balço Financeiro

Em Reais - R\$

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	30/09/2022	30/09/2021
Receitas Orçamentárias	<u>e.1</u>	573.401,74	340.235,11
Vinculadas		573.401,74	340.235,11
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.749,87	1.862,08
Alienação de Bens e Direitos		-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		571.651,87	338.443,03
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-70,00
Transferências Financeiras Recebidas	<u>e.2</u>	352.988.548,52	338.437.044,67
Resultantes da Execução Orçamentária		325.433.971,83	304.226.158,52
Repasso Recebido		300.521.430,57	287.858.954,57
Sub-repasso Recebido		24.912.541,26	16.367.203,95
Independentes da Execução Orçamentária		27.554.576,69	34.210.886,15
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		25.735.527,88	32.340.458,16
Demais Transferências Recebidas			
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.819.048,81	1.870.427,99
Recebimentos Extraorçamentários	<u>e.3</u>	167.605.648,33	102.167.484,32
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		25.021.121,82	22.481.124,42
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		142.113.491,89	78.999.321,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		157.331,26	268.820,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários		313.703,36	418.218,00
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		9.153,53	1.575,73
Arrecadação de Outra Unidade		304.549,83	416.642,27
Saldo do Exercício Anterior		40.708.262,06	33.534.916,90
Caixa e Equivalentes de Caixa		40.708.262,06	33.534.916,90
TOTAL		561.875.860,65	474.479.681,00

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	30/09/2022	30/09/2021
Despesas Orçamentárias		446.755.168,06	368.322.364,03
Ordinárias		361.511.093,64	302.094.454,09
Vinculadas	<u>e.4</u>	85.244.074,42	66.227.909,94
Educação		2.310.829,16	2.329.079,47
Seguridade Social (Exceto Previdência)			33.698.007,13
Previdência Social (RPPS)		82.281.953,00	30.176.665,31
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		651.292,26	24.158,03
Transferências Financeiras Concedidas		29.326.319,69	29.228.333,73
Resultantes da Execução Orçamentária		24.912.868,90	16.367.203,95
Repasso Concedido		327,64	
Sub-repasso Concedido		24.912.541,26	16.367.203,95
Independentes da Execução Orçamentária		4.413.450,79	12.861.129,78
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		4.107.151,09	12.440.139,18
Movimento de Saldos Patrimoniais		306.299,70	420.990,60
Pagamentos Extraorçamentários	<u>e.5</u>	62.616.320,42	54.192.721,00
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		40.796.567,35	35.106.028,53
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		21.658.335,02	18.815.016,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		161.418,05	271.606,14
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	70,00
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			70,00
Saldo para o Exercício Seguinte		23.178.052,48	22.736.262,24
Caixa e Equivalentes de Caixa		23.178.052,48	22.736.262,24
TOTAL		561.875.860,65	474.479.681,00

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em Reais - R\$

	NE	30/09/2022	30/09/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		-7.503.733,39	-3.638.202,99
INGRESSOS		354.023.831,35	339.462.742,95
Receitas Derivadas e Originárias	f.1	573.401,74	340.235,11
Receita Patrimonial		27.615,55	916,00
Receita Agropecuária		223.423,97	287.870,71
Receita Industrial		6.138,10	480,00
Receita de Serviços		1.887.704,97	1.300.867,33
Outras Receitas Derivadas e Originárias		19.584,84	3.323,11
Transferências Correntes Recebidas	f.2	5.225.743,34	2.949.952,62
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		353.450.429,61	339.122.507,84
Ingressos Extraorçamentários		157.331,26	268.820,90
Transferências Financeiras Recebidas		352.988.548,52	338.437.044,67
Arrecadação de Outra Unidade		304.549,83	416.642,27
DESEMBOLSOS		-361.527.564,74	-343.100.945,94
Pessoal e Demais Despesas		-296.743.266,09	-279.445.480,63
Administração		-	-
Previdência Social		-61.215.088,89	-59.811.595,25
Saúde		-	-
Educação		-235.409.050,73	-219.623.461,11
Direitos da Cidadania		-	-
Organização Agrária		-	-
Comércio e Serviços		-	-
Organização Agrária		-128.280,00	-12.000,00
Encargos Especiais		-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		9.153,53	1.575,73
Transferências Concedidas		-35.296.560,91	-34.155.455,44
Intragovernamentais		-35.241.786,65	-34.155.455,44
Outras Transferências Concedidas		-54.774,26	-
Outros Desembolsos Operacionais		-29.487.737,74	-29.500.009,87
Dispêndios Extraorçamentários		-161.418,05	-271.606,14
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-	-70,00
Transferências Financeiras Concedidas		-	-356,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	f.3	-17.530.209,58	-10.798.654,66
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		40.708.262,06	33.534.916,90
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	f.4	23.178.052,48	22.736.262,24

6. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

a) Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial de 30/09/2022 apresentou uma redução dos ativos totais do IFF em aproximadamente 1,23% (Tabela 1) impulsionada pelo decréscimo de 36,69% do Ativo Circulante em virtude de uma tendência cíclica na rotina contábil em que apresenta saldo inflado em 31/12/2021 em virtude de recursos financeiros comprometidos com o pagamento da folha de pagamento na competência do mês de dezembro em que contabiliza pagamentos referentes adiantamentos da primeira parcela do 13º salário de 2022 e 1/3 de férias dos servidores do IFF.

:

Tabela 5 – Avaliação do Balanço Patrimonial

Em Reais - R\$				
BALANÇO PATRIMONIAL	30/09/2022	31/12/2021	AH	AV-SET/2022
Ativo Circulante	34.936.777,55	55.187.302,98	36,69%	6,73%
Ativo Não Circulante	484.013.407,71	470.221.845,83	2,93%	93,27%
Total do Ativo	518.950.185,26	525.409.148,81	1,23%	100,00%
Passivo Circulante	93.750.104,10	98.196.589,41	-4,53%	18,07%
Patrimônio Líquido	425.200.081,16	427.212.559,4	2,93%	81,93%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	518.950.185,26	525.409.148,81	1,23%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2022.

A seguir seguem itens com variações mais relevantes e representatividade conforme evidenciados no Balanço Patrimonial do Órgão:

a.1) Caixa e Equivalente de Caixa

Este grupo representa 4,47% do total dos ativos e 66,34% do total do grupo de ativo circulante. Em 30/09/2022 apresentou uma redução de 43,06%, quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2021. Esta redução foi fator contributivo para redução dos ativos totais do IFF em aproximadamente 1,23%, justificado pelo saldo inflado em 31/12/2021 proveniente de recursos financeiros comprometidos com o pagamento da folha de pagamento de competência dezembro de 2021, em que constam pagamentos referentes a solicitações de adiantamentos da primeira parcela do 13º salário de 2022 e 1/3 de férias de servidores.

a.2) Créditos a Curto Prazo

Este grupo representa 1,50% do total do ativo e apresenta um decréscimo significativo de 30% em relação a 31 de dezembro de 2021, sendo composto por Créditos tributários a Receber e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Os créditos tributários a receber no Órgão 26434 originam-se da transposição de saldo da antiga UG 153008 para UG – 158274, decorrente da transferência de depósitos compulsórios para realização a curto prazo, conforme Mensagem CCONT/STN 902584 DE 28/01/1993 (93NL000126-153008). Estes créditos referem-se a direitos adquiridos pela tributação de empréstimos compulsórios, instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto-Lei nº 2.288/1986, cujo fato gerador era o consumo de combustíveis e aquisição de veículos. Dessa

forma, como seu saldo encontra-se sem nenhuma alteração desde 2009, este Instituto enviou a Mensagem 2019/1280887 para UG 150003 - Setorial Contábil do MEC - e aguarda resposta quanto a sua permanência ou devida regularização.

Quanto aos Demais Créditos e Valores à Curto Prazo compreendem os direitos a receber pelo adiantamento de valores a título de 13º salário, adiantamento de férias, suprimento de fundos, crédito a receber por cessão de pessoal e adiantamento de Termo de Execução Descentralizada.

O item com maior representatividade deste grupo é o Adiantamento de Férias (77%) que apresentou um decréscimo de 20,72%, impulsionando o decréscimo do item “Créditos a Curto Prazo”, em virtude da baixa dos adiantamento de férias registrada pela rotina contábil adotada pela Macrofunção 021142 da folha de pagamento.

Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo

Créditos a Curto Prazo	set/22	dez/22	AH	AV
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	5.944.620,93	7.498.619,06	-20,72%	77%
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	1.689.237,27	1.795.464,28	-5,92%	22%
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	28.647,94	371.191,80	-92,28%	0,00
CRED TRIB NAO PREVIDENCIARIOS - NAO PARCELADO	41.506,80	41.506,80	0,00	1%
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	10.329,30	10.329,30	0,00	0,00
CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	25.798,16	4.150,18	521,62%	0,00
Total	7.740.140,40	9.721.261,42	-20,38%	100%

a.3) Estoques

Os Estoques apresentam 0,77% de relevância em relação ao Ativo e houve uma variação positiva de 18,35% em relação ao exercício anterior, impulsionada pela aquisição de gêneros alimentícios direcionadas a merenda escolar em virtude do retorno das atividades presenciais no Instituto.

Tabela 3 – Estoques

Composição dos Estoques	Em Reais - R\$	
	30/09/2022	AV
ALMOXARIFADO - MATERIAIS DE CONSUMO	3.637.246,27	90,97%
OUTROS ESTOQUES - MERCADORIAS PARA DOACAO - ESTOQUE	143.180,12	3,58%
ESTOQUES DE PRODUTOS PARA PESQUISA - ANIMAIS	217.858,28	5,45%
Total dos Estoques	3.998.284,67	100,00%

Fonte: SIAFI, 2022.

a.4) Imobilizado

Em 30/09/2022, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 483.917.682,87 relacionado ao imobilizado. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

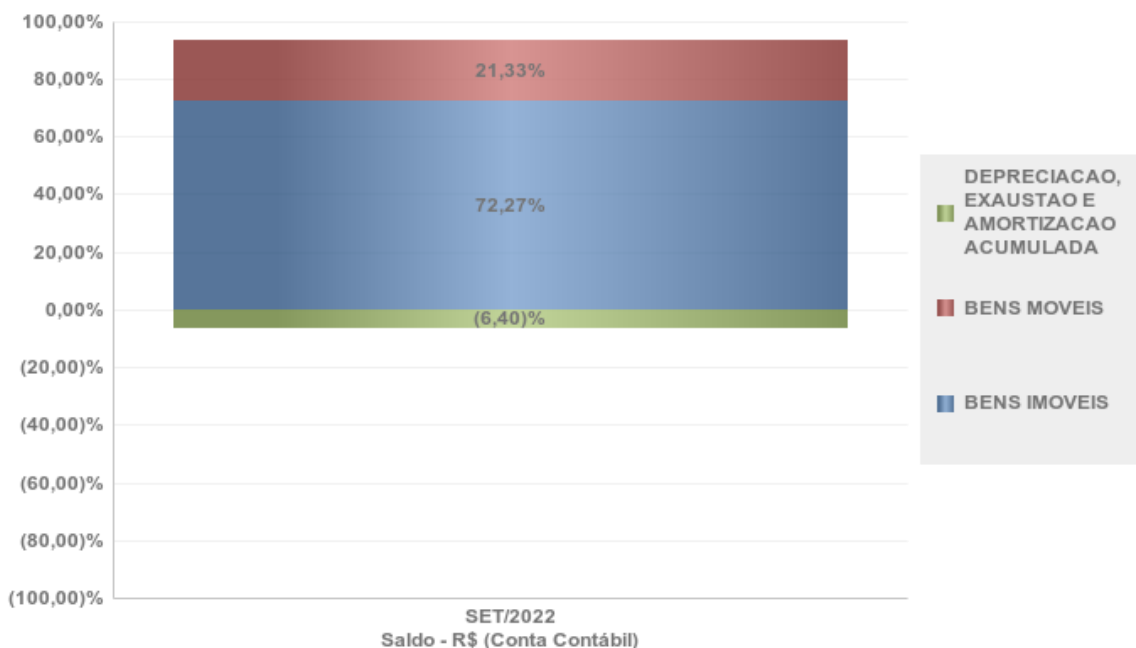
Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado e a sua evolução em termos percentuais comparando o terceiro trimestre de 2022 com o quarto trimestre de 2021.

Tabela 4 – Imobilizado – Composição.

	30/09/2022	31/12/2021	R\$ milhares AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	118.375.688,88	111.870.988,76	5,81
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Móveis	(35.265.899,29)	(34.587.437,63)	1,96
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	401.084.643,63	398.398.137,51	1,67
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. Bens Imóveis	(276.750,35)	(5.555.567,65)	-95,02
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	483.917.682,87	470.126.120,99	2,93

Fonte: Tesouro Gerencial 2022 e 2021.

Figura 1 – Composição Imobilizado



a.5) Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26434 em 30/09/2022 totalizavam R\$ 83.109.789,59 distribuídos nas seguintes contas contábeis detalhadas na tabela a seguir:

Tabela 5 – Bens Móveis – Composição

Conta Contábil	JUN/2022	DEZ/21
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	42.509.178,80	40.695.368,29
Bens de Informática	33.446.219,40	29.674.695,84
Móveis e Utensílios	23.535.819,86	22.891.876,60
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	9.150.984,40	8.932.517,61
Veículos	9.599.542,84	9.542.586,84
Semoventes e Equipamentos de Montaria	40.714,93	40.714,93
Demais Bens Móveis	93.228,65	93.228,65
Depreciação / Amortização Acumulada	(35.265.899,29)	(34.587.437,63)
Total	83.109.789,59	77.283.551,13

Fonte: Tesouro Gerencial 2022 e 2021.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão que apresentam maior representatividade em relação ao total bruto da conta móveis, 35,91% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, 28,25% referem-se a Bens de Informática e 19,88% referem-se a Móveis e Utensílios.

O item Bens de Informática um acréscimo mais significativo (12,71%). O aumento de aquisições neste item buscou aprimorar as estruturas das atividades online necessárias para atividade-fim do Instituto.

Cabe destacar que os valores registrados no Balanço Patrimonial referente aos Bens Móveis não refletem fidedignamente a realidade, devido ausência do registro de depreciação e reavaliação de itens registrados em contas dos bens móveis, como também à inexistência de conclusão do inventário patrimonial de todas as unidades pertencentes ao Instituto Federal Fluminense. Existem grandes expectativas que com a implantação do SIADS (portaria nº 232/2020-ME) estas falhas sejam sanadas.

a.6) Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 30/09/2022 totalizavam R\$ 400.807.893,28 e estão distribuídos em algumas contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6 – Bens Imóveis – Composição.

	R\$ Milhares		
	30/09/2022	31/12/2021	AH(%)
Bens de Uso Especial	364.269.524,20	364.269.524,20	-
Bens Imóveis em Andamento	36.815.119,43	34.128.613,31	7,87
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(276.750,35)	(5.555.567,65)	-95,01
Total	400.807.893,28	392.842.569,86	2,03

Fonte: Tesouro Gerencial 2022 e 2021.

Conforme tabela acima, os Bens de Uso Especial correspondem a 90,82% do valor bruto de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo um montante de R\$ 364.269.524,20 em 30/09/2022.

Tabela 6 – Bens de Uso Especial – Composição

	R\$ milhares		
	30/09/2022	31/12/2021	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	0,00
Terrenos, Glebas	0,00	0,00	0,00
Aquartelamentos	0,00	0,00	0,00
Imóveis de Uso Educacional	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	0,00	0,00	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	0,00	0,00
Aeroportos, Estações e Aeródromos	0,00	0,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	364.269.524,20	364.269.524,20	0,00
Total	364.269.524,20	364.269.524,20	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2022 e 2021.

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas Autarquias e Fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunções 020330 e 020335, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014.

Reavaliação e Atualização

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, Autarquias e fundações Públicas Federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

O Órgão não realizou teste de recuperabilidade dos seus bens até o término do quarto trimestre de 2020. Passando-se a adotar os procedimentos, o órgão seguirá orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais), que também se encontram descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020335, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

Depreciação, Amortização ou Exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização ou exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o computo da depreciação em fração menor do que um mês.

Os bens móveis adquiridos a partir de janeiro de 2015 até a presente data estão em um novo sistema (SUAP), onde o módulo “Depreciação” está em fase de ajustes finais pelo setor de TI, por isso até o quarto trimestre de 2022 o grupo Depreciação/Amortização Acumulada contempla parcialmente estes bens. Vale destacar que esforços serão efetuados para que, o mais breve possível, este módulo esteja em funcionamento com a implantação do SIADS.

Os bens móveis do Órgão 26434 ainda não sofreram a avaliação determinada até a presente data, porém o Instituto constituiu um grupo de trabalho através da Portaria nº 1.349, de 26 de setembro de 2017, com a finalidade de analisar e providenciar os ajustes que se façam necessários para as questões que envolvem o patrimônio.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

No órgão 26434 todos os bens imóveis estão registrados no SPIUnet.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e

maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Quanto aos registros da depreciação acumulada de bens imóveis, o Órgão apresenta o valor total de R\$ 276.750,35. Destaca-se a variação negativa no registro da depreciação de bens imóveis de 95,01% em função de ajuste na depreciação acumulada dos bens imóveis cadastrado na SPIUNET, tendo como contrapartida uma variação patrimonial diminutiva (VPD), apresentada nas demonstrações das variações patrimoniais (DVP). Cabe informar que os registros contábeis são realizados diretamente pela STN, tendo por base arquivos encaminhados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

a.7) – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em virtude de adequação do sistema SUAP, sistema de Controle Patrimonial desse Órgão, e adoção de procedimentos administrativos, encontra-se pendente a revisão anual dos ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019. Por enquanto, no Instituto Federal Fluminense, encontram-se pendentes estes registros por ausência de procedimentos administrativos e adequações no sistema de controle patrimonial, com a implantação do SIADS.

Em 30/09/2022, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 95.724,84 relacionados ao intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível e a evolução em termos percentuais comparando o quarto trimestre de 2022 com o último trimestre de 2021.

Tabela 7 – Intangível – Composição.

	30/09/2022	31/12/2021	R\$ milhares AH(%)
Software com Vida Útil Definida	205.014,27	205.014,27	0
Software com Vida Útil Indefinida	17.490,88	17.490,88	0
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida	140,00	140,00	0
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0	0	0
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado	0	0	0
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Indeterminado	0	0	0
Amortização Acumulada	-126.920,31	-126.920,31	0
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0	0	0
Total	95.724,84	95.724,84	0

Fonte: Tesouro Gerencial 2022 e 2021.

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil definida, que representa 92,20% do grupo.

Registrou-se até 31/07/2018 a Amortização com taxa de 20% a.a. dos softwares com Vida Útil Definida adquiridos até 31/12/2014 em sua totalidade, softwares estes que totalizam o valor de R\$ 158.873,84 registrados no sistema CAP e que representam 77,50% da conta software com Vida Útil Definida; maior parte dos softwares presentes no órgão. Os demais 22,50%, R\$ 46.140,43 da conta software com Vida Útil Definida, em virtude de adequação do sistema SIADS, encontra-se pendente a inicialização da amortização correspondente.

Complementarmente esclarecemos que todos os Ativos Intangíveis encaminhados para registro encontram-se contabilizados.

a.8) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, correspondem ao valor da apropriação de provisão de 13º e férias dos servidores da Instituição, perfazendo 28,82% do total do Passivo Exigível da IFF.

a.9) Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/09/2022, a Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo em aberto de R\$ 5.243.610,81 relacionados com fornecedores e contas a pagar.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros.

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

Em reais R\$

	30/09/2022	31/12/2021	AH	AV – SET/2022
Curto Prazo	5.243.610,81	5.160.609,66	1,61%	100%
Nacionais	5.243.610,81	5.160.609,66	1,61%	100%
Estrangeiros	-	-	-	-
Total	5.243.610,81	5.160.609,66	1,61%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2022.

Todos os fornecedores e contas a pagar do curto prazo refere-se aos fornecedores nacionais no nosso Instituto.

Na sequência, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/09/2022.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

Em reais - R\$

Unidade Gestora	30/09/2022	31/12/2021	AH	AV - SET/2022
INST. FED. FLUMINENSE/CAMPUS QUISSAMA	156.435,04	95.652,16	63,54	3,00%
INST.FED. DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	1.327.838,63	2.280.485,70	-41,77	25,32%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CAMPOS-CENTRO	1.266.646,95	1.173.430,70	7,94	24,16%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS MACAE	393.169,07	195.794,81	100,80	7,50%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS ITAPERUNA	312.736,84	174.817,56	78,89	5,96%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS GUARUS	443.353,91	286.001,05	55,02	8,45%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS B.JESUS DO ITABAP	934.037,78	826.285,35	13,04	17,81%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CABO FRIO	409.392,56	128.142,33	219,48	7,81%
Total	5.243.610,78	5.160.609,66	1,61	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2022.

As unidades gestoras 158139 e 158274 são responsáveis por 49,48% do total a ser pago. A unidade gestora 158139, Reitoria do Instituto Federal Fluminense, apresenta um valor expressivo de obrigações a pagar, pois abrange a sua execução e a de seis Campi centralizados e as obrigações com as despesas de pessoal. Já a unidade gestora 158274, Campus Campos Centro é o maior Campus do Instituto.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os oito fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 30/09/2022.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Em Reais - R\$

Fornecedor	30/09/2022	AV - SET/2022
BEST VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	668.047,07	12,74
FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	373.320,70	7,12
LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	274.352,98	5,23
DARFIN CONSTRUTORA LTDA	245.538,42	4,68
PROATIVIDADE CONSULTORIA EMPRESARIAL E GESTAO DE RH LTD	243.562,84	4,64
VL TERCEIRIZACAO LTDA	201.548,74	3,84
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	200.673,77	3,83
MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA	188.250,31	4,00
Demais Fornecedores	2.848.315,95	53,92
Total	5.243.610,78	100,00%

Fonte: SIAFI, 2022.

Em relação aos principais fornecedores, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Em relação aos fornecedores A, B, C, D, E, F, G e H eles representam 45,97% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

Fornecedor A: BEST VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA – CNPJ: 05.234.289/0001-27

Contrato 07/2017: Prestação de serviço de vigilância patrimonial com dedicação exclusiva dos empregados de forma indireta e contínua nas dependências dos campi Campos Centro, Campos Guarus, Macaé, Quissamã, Cabo Frio, Bom Jesus do Itabapoana, Campus Avançado de Cambuci, Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, Reitoria, Campus Avançado São João da Barra e Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação;

Contrato 03/2020: Prestação contínua de serviços de vigilância patrimonial para os campi Itaperuna e Santo Antônio de Pádua do IFFluminense.

(b) Fornecedor B: FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA - CNPJ: 04.635.778/0001-28

Contrato N° 02/2018: Prestação de serviços de Limpeza e Conservação nas dependências do Campus ITAPERUNA, do INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE;

Contrato N° 15/2018: Prestação contínua de serviços de apoio administrativo para atender o Centro de Referência, campus Avançado São João da Barra, Polo de Inovação, campus Campos Centro e campus Campos Guarus do IFFLUMINENSE.

(c) Fornecedor C: LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA– CNPJ: 00.482.840/0001-38

Contrato N° 03/2018 para prestação de serviços de recebimento, armazenamento, higienização, prepare e distribuição de alimentos, nas dependências do Campus ITAPERUNA, do INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE;

Contrato 17/2019: Prestação de serviços de Manutenção Predial com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de ferramentas, equipamentos e EPIs, de forma indireta e contínua, nas dependências dos campi Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Campos Centro, Campos Guarus, Polo de Inovação, Macaé, Quissamã, Maricá, São João da Barra e Centro de Referência do INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

(d) Fornecedor D: DARFIN CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 22.854.782/0001-69

Contrato Nº 04/2022: Contratação para execução da OBRA DE ADEQUAÇÃO DO IMÓVEL DA RUA MARIO MANHÃES DE ANDRADE, N.100 – PARQUE AURORA – CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE;

Contrato Nº 05/2022: Contratação para execução da OBRA DE REFORMA DO BLOCO DE SALAS DE AULA NA UNIDADE FORMAÇÃO DE CORDEIRO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE;

(e) Fornecedor E: PROATIVIDADE CONSULTORIA EMPRESARIAL E GESTAO DE RH LTDA - CNPJ: 13.732.124/0001-03

Contrato nº 01/2020: Contratação de Serviço de Limpeza , Conservação e Apoio Administrativo do Campus Cabo Frio.

(f) Fornecedor F: VL TERCEIRIZACAO LTDA – CNPJ: 08.439.717/0001-46

Contrato nº 16/2018: Prestação contínua de serviços de limpeza e conservação, com dedicação exclusiva dos empregados, com fornecimento de materiais e equipamentos para atendimento do Campus Centro e Campus Maricá.

(g) Fornecedor G: AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A. - CNPJ: 33.050.071/0001-58

Fornecimento de energia elétrica para todos os *campi*

(h) Fornecedor H: MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA. - CNPJ: 10.467.906/0001-74

Contrato nº 01/2020: Elaboração de projetos, fornecimento e instalação de geradores fotovoltaicos no Campus Quissamã;

Contrato nº 04/2019: Elaboração de projetos, fornecimento e instalação de geradores fotovoltaicos no Campus Macaé e Bom Jesus;

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Composição

Obrigações Contratuais	Em Reais - R\$			
	30/09/2022	31/12/2021	AH	AV - SET/2022
Aluguéis	17.771,45	17.771,45	0	0,08
Fornecimento de Bens	331.339,47	311.730,73	6,29	1,44
Serviços	22.694.243,13	23.318.091,33	-2,67	98,48
Total	23.043.354,05	23.647.593,51	-2,55	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2022.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 98,48% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final do terceiro trimestre de 2022.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/09/2022.

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

Unidade Gestora	Em Reais - R\$			
	30/09/2022	31/12/2021	AH	AV - SET/2022
INST. FED. FLUMINENSE/CAMPUS QUISSAMA	685.782,88	1.233.871,76	-44,42	3%
INST.FED. DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	10.588.040,37	10.617.087,76	-0,27	46%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CAMPOS-CENTRO	3.643.153,92	4.578.681,06	-20,43	16%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS MACAE	1.878.782,42	1.734.086,42	8,34	8%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS ITAPERUNA	763.757,46	1.100.892,17	-30,62	3%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS GUARUS	1.298.892,82	1.515.900,67	-14,31	6%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS B.JESUS DO ITABAP	2.254.895,40	1.278.044,86	76,43	10%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CABO FRIO	1.912.277,33	1.571.257,36	21,70	8%
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CABO FRIO	23.025.582,60	23.629.822,06	-2,56	100%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2022.

A unidade gestora da Reitoria e o Campus Centro é responsável por 52% do total contratado. Na Reitoria encontra-se os contratos de serviços e obras e a execução de seis Campus Avançados e o Campus Centro é o maior Campus do Instituto.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os oito contratados mais significativos e o saldo a executar, até 30/09/2022.

Tabela 13 – Obrigações Contratuais – Por Contratado

Contratado	30/09/2022	AV - SET/2022
BEST VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA	3.147.341,35	14%
CONSTRUTORA MASSARI LTDA	1.762.879,08	7,65%
RIO MINAS CONSERV E LIMP LTDA	1.715.477,15	7,45%
LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	1.653.936,20	7,18%
PROATIVIDADE CONSULTORIA EMPRESARIAL E GESTAO DE RH LTD	1.083.162,04	4,7%
TRANSCOLAR COMERCIO E SERVICOS PADUENSE LTDA	1.014.387,64	4,4%
CNS NACIONAL DE SERV. LTDA	915.938,13	3,62%
	11.732.461,01	
Demais Fornecedores		51%
Total	23.025.582,60	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2022.

Em relação aos contratos de valores mais significantes, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Tabela 14 – Contratados – Principais Transações

Contratado	Objeto	CONTRATOS A EXECUTAR	Validade
BEST VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA	Contrato 07/2017 e 03/2020 - Contratação de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com dedicação exclusiva dos empregados, nas dependências do IF Fluminense.	3.147.341,35	31/12/2022 e 30/09/2022
CONSTRUTORA MASSARI LTDA	CONTRATO 13/2022 - Contratação de empresa para a execução da obra de Construção do Restaurante Estudantil no Campus Bom Jesus do Itabapoana do Instituto Federal Fluminense	1.762.879,08	03/04/2024
RIO MINAS CONSERV E LIMP LTDA	Contrato 30/2019 - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços terceirizados de motoristas, destinados ao atendimento das necessidades dos campi Campos Guarus, Campos Centro, Avançado São João da Barra, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Macaé, Quissamã, Cabo Frio, Avançado Maricá, Reitoria e Polo de Inovação; Contrato 45/2019 - Contratação de empresa de (pessoa jurídica) para prestação de serviços terceirizados de produção e distribuição de alimentos, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, para atender ao campus Campos Centro e ao Pólo de Inovação do IFFluminense.	1.715.477,15	31/12/2022 e 22/12/2022
LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Contrato Nº 03/2018 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO, ARMAZENAMENTO, HIGIENIZAÇÃO, PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, nas dependências do Campus ITAPERUNA; Contrato Nº 17/2019 - Prestação de serviços de Manutenção Predial com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de ferramentas, equipamentos e EPIs, de forma indireta e contínua, nas dependências dos campi Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Campos Centro, Campos Guarus, Polo de Inovação, Macaé, Quissamã, Maricá, São João da Barra e Centro de Referência do INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE;	1.653.936,20	19/11/2022, 31/01/2023

PROATIVIDADE CONSULTORIA EMPRESARIAL E GESTÃO DE RH LTDA	Contrato Nº 01/2020 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Limpeza e Conservação de Apoio Administrativo no Campus Cabo Frio	1.083.162,04	02/08/2023
TRANSCOLAR COMERCIO E SERVICOS PADUENSE LTDA	Contrato Nº 03/2020 - Serviços de limpeza, jardinagem, apoio administrativo e supervisão de pessoal do Campus Quissamã; Contrato Nº 01/2021 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, POR MEIO DA OPERACIONALIZAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DE TODAS AS ATIVIDADES ENVOLVIDAS NA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES E BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS, PARA LANCHES DE INTERVALO, ALMOÇO E LANCHE NOTURNO, MEDIANTE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE BEM PÚBLICO DESTINADO À EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE REFEITÓRIO, COM CONCESSÃO ONEROSA DE USO, NO CAMPUS CAMPOS GUARUS DO IFFLUMINENSE	1.014.387,64	30/11/2022 e 08/05/2023.
CNS NACIONAL DE SERV. LTDA	CONTRATO 02/2021 - Contratação de empresa para prestação de serviços de agropecuária e produção de alimentos com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, com fornecimento de materiais e equipamentos para atendimento aos campi Bom Jesus e Cambuci do IF Fluminense	915.938,13	03/01/2023
PRIME CONSULT E ASSESSORIA	CONTRATO 12/2018 - Prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento de combustíveis e prestação de serviços de gerenciamento e administração de despesas de manutenção automotiva em geral (preventiva e corretiva) do IF Fluminense.	893.271,44	30/06/2023

Fontes: SIAFI, 2022 e SUAP/IFF, 2022.

a.10) Demais Obrigações a Curto Prazo

Em 30/09/2022 o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo apresentou um acréscimo de 11,13% em relação ao final do exercício anterior, tendo como fator

contributivo o aumento nos registros dos TED a Comprovar, contabilizado neste grupo em virtude de mudança na rotina de apropriação de Transferências Financeiras a Comprovar - Termo de Execução Descentralizada (TED) - de exercícios anteriores e exercício corrente, representando 57,93% do Passivo Exigível da Instituição.

Neste grupo tem-se a liquidação de valores de impostos e contribuições e incentivos à educação, à cultura, Precatório de terceiros e outros.

a.11) Precatórios a Curto Prazo

Os precatórios do Órgão correspondem aos Precatórios de Pessoal e Precatórios de Terceiros, no valor total de R\$ 2.314.175,93. Os precatórios de pessoal sofreram decréscimo de 41,88% e o de terceiros um acréscimo de 2,22%.

Tabela 15 – Precatórios

UG Executora	Precatório	PRECATORIOS DE PESSOAL	PRECATORIOS DE PESSOAL	PRECATORIOS DE TERCEIROS	PRECATORIOS DE TERCEIROS	PRECATORIOS A PAGAR - UG DE ORIGEM	PRECATORIOS A PAGAR - UG DE ORIGEM
		SET/2022	dez/21	SET/2022	dez/21	SET/2022	dez/21
REITORIA	090048					2.314.175,93	3.919.003,25
REITORIA	PR2JD2022		0,00				
REITORIA	PR2JD2023	0,00	671.547,73	0,00	80.041,21		
REITORIA	PR2RG2021		0,00		0,00		
REITORIA	PR2RG2022	0,00	3.164.704,28	0,00	2.710,03		
REITORIA	PR2RG2023	2.229.585,02		84.590,91			
TOTAIS		R\$ 2.229.585,02	R\$ 3.836.252,01	R\$ 84.590,91	R\$ 82.751,24	R\$ 2.314.175,93	R\$ 3.919.003,25

a.12) Resultado do Exercício

O Resultado do Exercício teve uma redução de 117,17% em relação ao exercício anterior.

a.13) Resultados de Exercícios Anteriores

O Resultado de Exercícios Anteriores teve um aumento de 10,65% e representa 94,47% em relação ao total do Patrimônio Líquido.

a.14) Ajustes de Exercícios Anteriores

O Ajustes de Exercícios Anteriores teve um decréscimo de 209,84% e representa 1,41% em relação ao total do Patrimônio Líquido.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores que “registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes” e no segundo trimestre de 2022 apresentou um saldo de R\$ 5.985.900,59, provenientes de despesas com Folha de Pagamento, consumo de material de estoque, Repactuações Contratuais (UG-158139 e 158385), serviços de envio de correspondência (UG – 155851), Bolsas de Alunos (UG – 158385), Auxílio Transporte de Servidores (UG – 158468) não consideradas em exercícios anteriores e ajustes sobre superávit de Exercícios Anteriores (UG – 158139, 158385, 158387 e 158468) e Ajustes na depreciação acumulada de junho de 2022 dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET (158139).

b) Demonstrações das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial é obtida por meio do saldo residual entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) apresentadas na Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício que será parte integrante do saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

A partir da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) evidenciadas na DVP do IFF em 30/09/2022 foi apresentado um resultado deficitário, no valor de R\$ 7.998.378,83. Este resultado deficitário foi impulsionado pelo decréscimo das Variações Patrimoniais Aumentativas, especificamente, nos Ganhos desincorporação de Passivos conforme tabela a seguir:

Tabela 16 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

	30/09/2022	30/09/2021	R\$ milhões AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	364.593.644,40	382.615.104,41	-4,71
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	372.592.023,23	356.881.841,10	4,40
Resultado Patrimonial do Período (III = I - II)	-7.998.378,83	25.733.263,31	-131,08

Fonte: SIAFI.

O do resultado patrimonial deficitário apresentado em 30 de setembro de 2022 foi de 131,08% menor quando comparado com o terceiro trimestre de 2021, tendo como fator contributivo o decréscimo apresentado nas variações aumentativas, especificamente em Ganhos com Desincorporação de Passivos.

Destacamos a redução apresentada nas Variações Patrimoniais Aumentativas discriminadas abaixo:

b.1) Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

A Variação Patrimonial Aumentativa referente à Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos do Instituto Federal Fluminense teve um acréscimo de 64,37% representando 0,15% do Total das Variações Patrimoniais Aumentativas. Uma das causas desse acréscimo foi o retorno de cobrança das taxas de concurso e dos contratos de aluguéis que estavam suspensos no período anterior em virtude da pandemia Covid-19. Ela consiste nas receitas oriundas de aluguéis, concessão de uso, serviços administrativos, cursos de especialização, serviços de estudos e pesquisas, concursos, entre outros.

b.2) Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Houve apenas o registro no valor de R\$ 21,53 pertinente ao pagamento de juros por atraso no pagamento do aluguel da cessão onerosa de cantina no Campus Macaé.

b.3) Transferências e Delegações Recebidas

Transferências Intragovernamentais

As Transferências Intergovernamentais possui grande representatividade em relação ao Total das Variações Patrimoniais Aumentativas de 96,82% e apresentou um aumento de 4,30% em 30/09/2022 quando comparado ao mesmo período em 2021.

Outras Transferências e Delegações Recebidas

Em comparação com o mesmo período do ano anterior (setembro/2021) houve um aumento na variação de Outras Transferências de 586,99%, sendo a sua relevância de apenas 0,58% diante do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. O acréscimo neste grupo é proveniente ao aumento de transferências de Bens Móveis, especificamente, equipamentos de TI, adquiridos na Reitoria e transferidos para os *campi*.

b.4) Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Ganhos com Desincorporação de Passivos

No terceiro trimestre de 2022 houve um decréscimo de 79,89%. Os Ganhos com Desincorporação de Passivos representam 2,36% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. O montante se refere, em boa parte, na comprovação e prestação de contas e devolução de recursos financeiros dos Termos de Execução Descentralizada (TED's) e Transferência da obrigação dos Precatórios 2022 para a UG da Justiça Federal. E a redução em pagamentos de Precatórios em 2022 provocou esta redução e contribuiu para o resultado deficitário.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Em 30/09/2022 houve decréscimo de 23,41% e representa 0,09% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. Este grupo é composto em sua maioria por devolução de despesas de exercício anteriores de fonte de recursos do tesouro.

b.5) Pessoal e Encargos

O grupo de Pessoal e Encargos possui uma relevância de 61,37% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e é composto dos valores de Remuneração a Pessoal, Encargos Patronais, Benefícios a Pessoal e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. Seu valor mais expressivo é a Remuneração a Pessoal, de 61,37%. O valor de Pessoal e Encargos teve um acréscimo de 1,40% em relação ao período anterior.

b.6) Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo de Benefícios Previdenciários e Assistenciais representa 17,55% do total de Variações Patrimoniais Diminutivas e obteve um acréscimo de 1,78%, tendo em sua composição destacam-se Aposentadorias e Reformas, 14,35%, e Pensões, 2,48%.

b.7) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Diante do total das Variações Patrimoniais Diminutivas o uso de bens, serviços e consumo de capital fixo apresenta um acréscimo de 24,28%. Quando comparado com setembro de 2021, percebe-se um aumento de 23,14% em Serviços, subgrupo mais expressivo do item que abrange a despesa da contratação de pessoal terceirizado.

b.8) Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Este item representa 0,01% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas e apresentou um aumento de 4.818,05%. Esta variação positiva significativa encontra justificativa no

registro de juros e multas evidenciados em contas de VPD conforme orientação da Setorial Contábil do MEC.

b.8) Transferências e Delegações Concedidas

As Transferências e Delegações Concedidas representam 8,45% das Variações Patrimoniais Diminutivas ao final de setembro de 2022 e obteve um acréscimo de 6,56%. Esses valores referem-se principalmente aos sub-repasses feitos aos *campi* do Instituto.

b.9) Tributárias

Houve um decréscimo de 16,27% neste item que possui pouca representatividade no total das Variações Patrimoniais Diminutivas na ordem de 0,01%. Possui em sua composição despesas relacionadas a pagamentos de encargos patronais e contribuições sociais.

b.10) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

As Outras Variações Patrimoniais Diminutivas representam 1,56% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Correspondem aos Incentivos à Educação - como bolsas de estudos que apresentou uma redução de 15,84%.

c) Balanço Orçamentário

Em 30/09/2022, o Instituto Federal Fluminense apresentou em seu Balanço Orçamentário uma realização no valor de R\$ 573.401,74 de suas receitas, e em relação às suas despesas, foram executadas no valor de R\$ 365.398.797,41, como mostra a Tabela 17.

Tabela 17 – Avaliação do Balanço Orçamentário

Balanço Orçamentário	Realização	AV
Receitas Correntes	573.401,74	100,00%
Receitas de Capital	-	0,00%
Total das Receitas	573.401,74	100,00%
Despesas Correntes	365.392.847,41	94,30%
Despesas de Capital	20.828.166,83	5,70%
Total das Despesas	365.398.797,41	100,00%
(Déficit)	(364.825.395,67)	-

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022.

A seguir apresenta-se a listagem com as maiores realizações de receita no terceiro trimestre de 2022 do Instituto Federal Fluminense:

Tabela 18 – Realizações de Receita

Posição	Receitas	Arrecadação	AV
1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	296.639,28	51,73%
2	Receita de Agropecuária	223.423,97	38,96%
3	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	27.615,55	4,82%
4	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	19.584,84	3,42%
5	Receita Industrial	6.138,10	1,07%
		573.401,74	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022.

c.1) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais

Os Serviços Administrativos e Comerciais Gerais representam 51,73% do total das Receitas, resultado de serviços administrativos e taxa para processos seletivos para cursos de especialização, serviços de estudos e pesquisas, cursos, entre outros e obteve uma arrecadação de 10,35% da receita prevista, indicando um déficit de arrecadação para o exercício dentro de uma expectativa linear de arrecadação de 75% de arrecadação para o quarto trimestre.

c.2) Receita Agropecuária

As Receitas Agropecuárias são arrecadadas apenas pelo Campus Bom Jesus tratando-se do comércio da produção agrícola excedente para fins de educação. E, neste trimestre obteve uma arrecadação de 191,36%, representando 38% das receitas arrecadadas, este percentual indica um provável excesso para o exercício.

c.3) Exploração do Patrimônio Imobiliário

Os valores referentes à exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado tratam de concessões de uso para cantinas nos *campi*, representando 4,82% e teve uma arrecadação de 10,72% da receita prevista, indicando uma tendência frustração da receita para o exercício.

c.4) Indenizações, Restituições e Ressarcimentos

As Indenizações, Restituições e Ressarcimentos representam 3,42% do total das arrecadações no terceiro trimestre de 2022. Consistem, em sua maior parte, em estorno

da devolução de taxa de concurso referente a processo seletivo de 2020 anulado em 2020 por conta da COVID19, pois não houve identificação do domicílio bancário do recolhedor, após vários COMUNICADOS formais no site do IFF.

c.5) Receita Industrial

As Receitas Industriais são arrecadadas apenas pelo Campus Bom Jesus tratando-se do comércio da produção excedente para fins de educação. E, neste trimestre obteve uma arrecadação de 3,84%, representando 1,07% das receitas arrecadadas, este percentual indica um provável déficit para o exercício.

Na continuação, apresenta-se a tabela com a segregação das principais despesas:

Tabela 19 – Despesas Orçamentárias – Composição

Posição	Despesas	Execução	AV
1	Pessoal e Encargos Sociais	91,00%	84,81%
2	Outras Despesas Correntes	81,79%	15,18%
3	Investimentos	92,55%	0,01%
			100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022.

c.6) Pessoal e Encargos Sociais

Nas despesas com pessoal e encargos sociais existe uma execução de 91% o que demonstra a utilização de maior parte dos créditos orçamentários previstos para o exercício. Pessoal e Encargos sociais representam 94% em relação ao total de Despesas executadas durante o terceiro trimestre de 2022.

c.7) Outras Despesas Correntes

Na despesa fixada, as outras despesas correntes do Instituto, no terceiro trimestre de 2022, foram executadas 81,79% do previsto para o exercício de 2022, representando 5,70% do total das despesas executadas durante o período em questão.

c.8) Investimentos

Neste terceiro trimestre de 2022, os Investimentos representam 0,01% de execução do total das Despesas.

c.9) Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, os restos a pagar não processados se referem às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas até 31 de dezembro, enquanto as processadas dizem respeito às que foram empenhadas e liquidadas até esta data, mas que ainda não foram pagas.

No encerramento do exercício de 2021, o órgão havia inscrito em restos a pagar não processados (RPNP), considerando também os restos a pagar reinscritos, despesas na ordem de R\$ 26.718.291,30 (vinte e seis milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e noventa e um reais e trinta centavos) apresentando assim um decréscimo de 5,96%, conforme demonstrado na tabela 22, abaixo.

Tabela 20 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	31/12/2021	31/12/2020	% Evolução
RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	24.376.580,45	23.224.862,36	4,95
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	2.341.710,85	5.189.048,46	-54,84
TOTAL	26.718.291,30	28.413.910,82	-5,96

Fonte: Siafi Web, 2022-2021.

c.10) Execução Orçamentária RPP – Por categoria Econômica e Grupo de Despesa

A tabela 21 demonstra a execução dos RPNP por categoria econômica da despesa. Verifica-se que foram executados/liquidados até 30/09/2022, 88,19% do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPNP, no âmbito do órgão. As Despesas Correntes que se referem às despesas com manutenção administrativa, apresentaram a execução, 85,50%, e as Despesas de Capital¹, 85,40% esta última estão relacionadas em sua maioria a execução de obras e instalações em todo Instituto.

¹ As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>)

Tabela 21: Execução de RPNP por categoria econômica
R\$ 1,00

RPNP Categoria Econômica	por	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2)-(3)	(5)	(6) = (5) / (4)
		Total inscrições RPNP	CANCELADO S	Bloqueados	Inscrições RPNP (-) Cancelados(-) Bloqueados	LIQUIDADOS	% Liq/Insc.
DESPESAS CORRENTES		16.239.057,34	324.333,38	972.445,13	14.942.278,83	13.470.782,53	90,15
DESPESAS DE CAPITAL		10.479.233,96	4.986,27	3.057,69	10.471.190,00	8.942.179,38	85,40
TOTAIS		26.718.291,30	329.319,65	975.502,82	25.413.468,83	22.412.961,91	88,19

A tabela 22 apresenta a composição dos RPNP executados por grupo de despesa. Das Despesas Correntes, o maior percentual de execução foi o do Outras despesas com corrente, com 90,16%.

Tabela 22: Execução de RPNP por Grupo de Despesa
R\$ 1,00

RPNP por Grupo de Despesa	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2)-(3)	(5)	(6) = (5) / (4)
	Total inscrições RPNP	CANCELAD OS	Bloqueados	Total RPNP (-) Canc	LIQUIDADOS	% Liq/Insc
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	8.301,90	-		8.301,90	5.597,03	67,41
Outras Despesas Correntes	16.230.755,44	324.333,38	972.445,13	14.933.976,93	13.465.185,50	90,16
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	10.479.233,96	4.986,27	3.057,69	10.471.190,00	8.942.179,38	85,40
Inversões Financeiras						
TOTAL	26.718.291,30	329.319,65	975.502,82	25.413.468,83	22.412.961,91	88,19

Fonte: Siafi Web,
2022.

A tabela 23 demonstra a execução dos RPP por categoria econômica da despesa. Verifica-se que foram pagos até 30/09/2022, 98,89% do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPP, no âmbito do órgão. As Despesas Correntes que se referem às despesas com manutenção administrativa, apresentaram a execução,

9%, e as Despesas de Capital², 96,72% esta última estão relacionadas em sua maioria a execução de obras e instalações em todo Instituto.

Tabela 23: Execução de RPP por categoria econômica
R\$ 1,00

RPNP por Categoria Econômica	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPP	CANCELADOS	Inscrições RPP (-) Cancelados	PAGOS	% Pag/Insc.
DESPESAS CORRENTES	39.756.726,88	152.480,08	39.604.246,80	39.203.700,43	98,98
DESPESAS DE CAPITAL	1.646.869,82	0,00	1.646.869,82	1.592.866,92	96,72
TOTAL	41.403.596,70	152.480,08	41.251.116,62	40.796.567,35	98,89

A tabela 24 apresenta a composição dos RPP executados por grupo de despesa. Das Despesas com Pessoal possui o maior percentual de execução, com 100%, tratando-se das obrigações sobre folha de pagamento de dezembro de 2021, registradas no passivo em 31/12/2021 e pagas em janeiro de 2022.

Tabela 24: Execução de RPP por Grupo de Despesa
R\$ 1,00

RPNP por Grupo de Despesa	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPP	CANCELADOS	Total RPP (-) Canc	PAGOS	% Pag/Insc
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	34.438.974,54	-	34.438.974,54	34.438.974,54	100
Outras Despesas Correntes	5.317.752,34	152.480,08	5.165.272,26	4.764.725,89	92,25
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	1.646.869,82	0,00	1.646.869,82	1.592.866,92	96,72
Inversões Financeiras					
TOTAL	41.403.596,70	152.480,08	41.251.116,62	40.796.567,35	98,89

Fonte: Siafi
Web, 2022.

² As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>)

e) Balanço Financeiro

Em 30/09/2022, o Instituto Federal Fluminense apresentou as seguintes variações Financeiras que se mostraram relevantes:

Tabela 6 – Resultado Financeiro – Visão Geral

	30/09/2022	30/09/2021	AH
Receitas Orçamentárias	573.401,74	340.235,11	68,53%
Despesas Orçamentárias	(446.755.168,06)	(368.322.364,03)	21,29%
Resultado Orçamentário (I)	446.181.766,32	367.982.128,92	21,25%
Transferências Financeiras Recebidas	352.988.548,52	338.437.044,67	4,29%
Transferências Financeiras Concedidas	(29.326.319,69)	(29.228..333,73)	0,035%
Transferências Financeiras Líquidas (II)	382.314..868,21	367.665.378,40	0,398%
Recebimentos Extraorçamentários	167.605.648,33	102.167.484,32	64,04%
Pagamentos Extraorçamentários	(62.616.320,42)	(54.192.721,00)	15,54%
Resultado Extraorçamentário (III)	230.221.968,75	156.360.205,32	47,23%
Resultado Financeiro do Exercício (I+II+III)	166.355.070,64	156.043.454,80	

Fonte: SIAFI, 2022.

e.1) Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias representam cerca de 0,001101% do total de ingressos no terceiro trimestre de 2022. A valores brutos percebe-se um aumento de 68,53% ao serem comparados com o exercício de 2021. Nesse montante concentra-se o resultado da soma de todas as receitas realizadas no Instituto; em seguida, deduzindo as devoluções e ressarcimentos. Essas receitas se referem a diversas origens como serviços administrativos, receita patrimonial, agropecuária, industrial dentre outras.

e.2) Transferências Financeiras Recebidas

Comparando a Demonstração dos Fluxos de caixa verifica-se que no Repasse Recebido houve um pequeno aumento de 4,29% em relação ao Exercício Anterior e sua relevância no grupo é de 67,77% em relação ao total dos Ingressos.

e.3) Recebimentos Extraorçamentários

Os Recebimentos Extraorçamentários tiveram um aumento de 64,04% em relação ao exercício anterior (2021), representando 32,15% do total dos ingressos. A maior influência nesse percentual (R\$ 142.113.491,89) está relacionada à inscrição dos Restos a Pagar Não Processados (27,26% do total dos ingressos).

e.4) Despesas Orçamentárias Vinculadas

As Despesas Orçamentárias significam, neste período (janeiro a setembro/2022), 82,93% do total dos dispêndios e apresentam um aumento de 21,29% ao serem comparadas com o ano 2021. Referem-se ao valor de Crédito Empenhado Liquidado Pago, crédito oriundo da Lei de Orçamentária Anual (LOA), utilizado pelas diversas áreas do Instituto.

Neste segundo trimestre, as Despesas Vinculadas representam 15,82% do total dos dispêndios, destacando-se um aumento de 28,71% em relação ao valor do exercício anterior.

e.5) Pagamentos Extraorçamentários

O pagamento de Restos a Pagar Processados no terceiro trimestre de 2022 apresenta um aumento de 16,21% em relação a 2021, representando 0,07% do total dos dispêndios. O pagamento de Restos a Pagar Não Processados teve um aumento em relação ao Exercício Anterior de 15,11%, representando 0,040% do total dos dispêndios. O saldo para o Exercício Seguinte está demonstrado na DFC e teve um acréscimo de 0,19% em relação ao exercício anterior (2021), representando 0,043% do total dos dispêndios.

f) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em 30/09/2022, o Instituto Federal Fluminense apresenta as seguintes variações mais relevantes.

f.1) Receitas Derivadas e Originárias

Analisando as contas que compõem o grupo de Receitas Derivadas e Originárias observa-se que em relação ao Exercício Anterior, a conta Receita de serviços teve um aumento de 522%.

f.2) Transferências Recebidas

Comparando-se ao Balanço Financeiro verifica-se que as Transferências Recebidas apresentam um aumento de 4,29% em relação ao Exercício Anterior.

f.3) Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A DFC apresentou neste terceiro trimestre de 2022 um aumento de 6,16% na sua Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa do Exercício Anterior, resultado dos Ingressos deduzidos o total dos Desembolsos e dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento – aquisições de ativo não circulante com um aumento de 40,02%, conforme tabela a seguir.

Tabela 7 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação

	30/09/2022	30/09/2021	AH
Atividades Operacionais	-7.503.733,39	-3.638.202,99	106,24%
Atividades de Investimento	-10.026.476,19	-7.160.451,67	-40,02%
Atividade de Financiamento	-	-	-
Total	-17.530.209,58	-10.798.654,66	62,33%

Fonte: SIAFI, 2022.

f.4) Caixa e Equivalentes de Caixa Final

O saldo de Caixa Final é o que se apresenta no SIAFI, demonstrado na DFC e no Balanço Financeiro, resultado dos saldos da Conta Única. Teve um aumento de 1,01% em relação ao mesmo período do exercício anterior (setembro/2021).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense
Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira da Reitoria
Coordenação da Contabilidade da Reitoria